



CONVÊNIO 001/2023 - SMS

CONVÊNIO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IJUÍ –
PODER EXECUTIVO, ATRAVÉS DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
SAÚDE, E A UNIVERSIDADE
REGIONAL DO NOROESTE DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
– UNIJUÍ, MANTIDA PELA
FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO,
DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO
DO NOROESTE DO ESTADO –
FIDENE, PARA A CONSECUÇÃO DE
FINALIDADES DE INTERESSE
PÚBLICO E RECÍPROCO, MEDIANTE
O PAGAMENTO DE BOLSA DE
ESTUDOS COMPLEMENTAR
DESTINADA AOS MÉDICOS
RESIDENTES DO PROGRAMA DE
RESIDÊNCIA MÉDICA EM
MEDICINA DA FAMÍLIA E
COMUNIDADE DA
UNIJUÍ/FUMSSAR – CAMPUS IJUÍ

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO**, com sede nesta cidade, na Rua Benjamin Constant, nº 429, inscrito no CNPJ sob o nº 90.738.196/0001-09, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Andrei Cossetin Sczmanski**, inscrito no CPF sob o nº 002.702.350-86, doravante denominado “CONCEDENTE”, e de outro lado a **UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – UNIJUÍ**, Instituição de Educação de Ensino Superior Comunitária reconhecida pela Portaria do Ministério da Educação nº 497/1985, situada na Rua do Comércio, nº 3000, Bairro Universitário, CEP 98700-000, Ijuí/RS, e inscrita no CNPJ sob o nº 90.738.014/0002-80, mantida pela Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – FIDENE, instituição filantrópica de caráter científico – técnico – educacional -










cultural, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 90.738.014/0001-08, com sede na cidade de Ijuí/RS, neste ato devidamente representada por sua Reitor e Presidente da fundação respectivamente, Sr Dieter Rugard Siedenberg, CPF 211.257.400-00 rg 8017854566 brasileiro, casado, professor universitário, residente à Rua Benjamin Constant, nº 115, apto 802, bairro centro, na cidade de Ijuí/RS, doravante denominada "CONVENENTE", nos termos da Lei 8.080/90, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, no Art. 38, XXI da Lei Orgânica do Município de Ijuí, além da Lei Municipal nº 6.745, de 15 de janeiro de 2019, com alterações pela Lei Municipal 7.503 de 19 de dezembro de 2023, resolvem celebrar o presente **CONVÊNIO** para o fim de **REALIZAR O PAGAMENTO DE BOLSA DE ESTUDOS COMPLEMENTAR DESTINADA AOS MÉDICOS RESIDENTES DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA EM MEDICINA DA FAMÍLIA E COMUNIDADE DA UNIJUÍ/FUMSSAR – CAMPUS IJUÍ**, por meio deste instrumento que será regido pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objetivo o pagamento de bolsa de estudos complementar destinada aos Médicos Residentes do Programa de Residência Médica de Família e Comunidade (PRM-MFC) – Campus Ijuí, mantido, organizado e ofertado através de Convênio de Cooperação Científico-Educacional e Financeiro entre a Fundação Municipal de Saúde de Santa Rosa/RS – FUMSSAR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.273.946/0001-94 e a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí, Instituição de Ensino Superior Comunitária, inscrita no CNPJ sob o nº 90.738.014/0002-80, mantida pela Fundação De Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado – FIDENE, instituição filantrópica de caráter científico-técnico-educacional-cultural, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 90.738.014/0001-08, com o objetivo do aperfeiçoamento progressivo do padrão funcional e científico médico e o melhoramento da assistência médica à comunidade de Ijuí.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

Para a consecução dos objetivos previstos na Cláusula Primeira do presente instrumento, o Município de Ijuí, por meio da SECRETARIA DE SAÚDE, se obriga a:

a) Efetuar a transferência de recursos financeiros previstos para a execução deste convênio, na forma estabelecida no cronograma físico-financeiro e de







desembolso do plano de trabalho e aplicação dos recursos à conveniente, para custear o pagamento de bolsa de estudos complementar destinada aos médicos residentes do programa de residência médica em medicina da família e comunidade;

b) Prorrogar, "de ofício", a vigência do convênio quando houver atraso na liberação dos recursos previstos no cronograma físico-financeiro de desembolso relativo à execução de determinada etapa do plano de trabalho, pelo período máximo correspondente ao exato período do atraso;

c) Supervisionar as atividades de execução, avaliando os seus resultados e seus reflexos, podendo assumir ou transferir a responsabilidade da execução no caso de paralisação ou fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade dos serviços conveniados;

d) Comunicar ao CONVENENTE quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, bem como suspender a liberação de recursos, fixando o prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;

e) Fiscalizar, avaliar e aprovar a execução físico-financeiro do plano de trabalho, assim como das prestações de contas e demais documentos exigidos neste instrumento e na legislação em vigor, necessários à execução do objeto deste convênio;

f) Analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Convênio e do seu Plano de Trabalho;

g) Notificar o CONVENENTE quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, e instaurar, se for o caso, a Tomada de Contas Especial;

h) Realizar os atos e os procedimentos relativos à formalização, alteração, execução, acompanhamento, fiscalização, análise da prestação de contas e, se for o caso, informações acerca de Tomada de Contas Especial;

i) Emitir empenho para pagamento dos valores a serem repassados à CONVENENTE, de acordo com as normas das Secretarias Municipais da Fazenda e do Planejamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENENTE

Para a consecução dos objetivos previstos na Cláusula Primeira do presente instrumento, a CONVENENTE obriga-se a:

a) transferir os valores das bolsas aos Médicos Residentes atuantes em Ijuí/RS, indicados pelo Município de Ijuí, no prazo de até dois dias úteis, a contar do recebimento proveniente do MUNICÍPIO;





- b) Executar todas as atividades inerentes à implementação do plano de trabalho, que é parte integrante deste convênio, observando os critérios de qualificação técnica, bem como de responder pelas consequências da sua inexecução total ou parcial;
- c) responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Convênio, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO a inadimplência d Instituição de Ensino em relação aos referidos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto do convênio ou danos decorrentes de restrição à sua execução;
- d) Aplicar os recursos de contrapartida, descritos na Cláusula Quinta, conforme cronograma de desembolso;
- e) Não utilizar os recursos recebidos do CONCEDENTE em finalidade diversa da estabelecida neste convênio;
- f) responsabilizar-se com os recursos provenientes do Convênio, pela indenização de dano causado, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados e/ou prestadores de serviços;
- g) Prestar contas, na forma descrita na Cláusula Sétima e da legislação vigente, ao Município de Ijuí, de todas as importâncias recebidas através deste Convênio, junto com o relatório de execução dos trabalhos;
- h) Movimentar os recursos financeiros liberados pelo CONCEDENTE, em conta bancária vinculada a este convênio;
- i) Elaborar todos os documentos necessários à implementação das atividades, de conformidade com a legislação aplicável;
- j) Restituir o valor transferido, atualizado monetariamente, a partir da data de seu recebimento, na forma da legislação aplicável, aos débitos para com a Fazenda Municipal, acrescido de juros legais, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovada, nos seguintes casos:
- 1 - quando não for executado o objeto da avença;
 - 2 - quando não for apresentada a prestação de contas nos prazos estipulados no presente Convênio;
 - 3 - quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no presente convênio;
- k) Recolher à conta do CONCEDENTE o valor correspondente a rendimento da aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação dos recursos e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto em até 30 dias da data programada, ainda que não tenha feito aplicação financeira dos recursos;
- l) Promover a aquisição e/ou contratação de bens, obras e serviços para fins do Convênio;



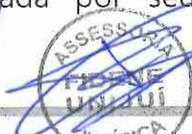
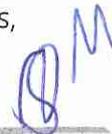




- m) Indicar e designar 1 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimentos de metas, e encaminhar ao CONCEDENTE as cópias do ato de designação, no prazo de 15 dias contados da data de publicação deste Instrumento;
- n) Promover a divulgação das ações objeto deste Convênio citando obrigatoriamente a participação do CONVENENTE nos trabalhos;
- o) Elaborar e submeter ao CONCEDENTE, quando exigido, a relação dos recursos humanos e materiais necessários à consecução do objeto deste Convênio;
- n) Permitir e facilitar, ao máximo, a atuação fiscalizadora do CONCEDENTE, facultando-lhe sempre que solicitado, o mais amplo acesso às informações e documentos, relacionados com a execução do objeto deste convênio, principalmente no que se refere à licitação e contratos, bem como prestar a estes todas e quaisquer informações solicitadas;
- o) Não realizar despesas relativas a:
- 1 - pagamentos a título de taxas de administração, de gerência ou similar;
 - 2 - pagamentos de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos quadros de órgãos ou de entidades de Atendimento Público Municipal;
 - 3 - pagamento diversos do estabelecido no respectivo Convênio, ainda que em caráter de emergência, quando não autorizado pela CONCEDENTE de forma prévia;
 - 4 - data anterior ou posterior à vigência desse instrumento;
 - 5 - taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive, as referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
 - 6 - transferência de recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres; e
 - 7 - publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RESPONSABILIDADES

Os serviços serão prestados por profissionais vinculados e contratados pela CONVENENTE, sem qualquer vínculo com o CONCEDENTE, seja ele jurídico e ou de prestação de serviço ou ainda de espécie trabalhista, cível ou qualquer outra forma de tipificação jurídica, com sua responsabilidade de contratação, inclusive assumindo a responsabilidade civil, no que diz respeito à indenização de danos causados aos pacientes, decorrentes de ação ou omissão voluntária, negligência, imperícia, imprudência e/ou qualquer ato ou fato que tipifique ato jurídico e sua figura jurídica específica praticada por seus funcionários,





profissionais ou prepostos e aqueles descritos no parágrafo 1º desta Cláusula, sendo estes solidários entre si, por força da legislação específica, inclusive pela Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990.

Parágrafo Primeiro - Sem prejuízo de acompanhamento, fiscalização e das normas determinadas pela legislação municipal sobre a execução do objeto deste convênio, os signatários reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do SUS – Sistema Único de Saúde decorrentes da Lei Orgânica da Saúde.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Parágrafo primeiro: O MUNICÍPIO repassará a FIDENE/UNIJUÍ, conforme preenchimento das vagas e matrícula após a seleção realizada pelo PRM-MFC da UNIJUÍ/FUMSSAR, quatro bolsas de estudos no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) cada, destinadas exclusivamente aos alunos residentes para subsidiar despesas pessoais, de moradia e alimentação durante o período de aperfeiçoamento profissional propiciado pela residência, pelo período de vinte e quatro (24) meses, a contar do início das atividades do Médico Residente no PRM-MFC no âmbito do Município de Ijuí, conforme a Lei Municipal nº 6.745, de 15 de janeiro de 2019, com alterações pela Lei Municipal 7.503 de 19 de dezembro de 2023.

Parágrafo segundo: A despesa do MUNICÍPIO com a realização da transferência de que trata o parágrafo primeiro da cláusula quinta, correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO : 12 – Secretaria Municipal da Saúde

UNIDADE : 01 – Coord. Fundo Municipal de Saúde – ASPS

AÇÃO : 0.028 - Repasse a Entidades – Recursos Próprios (SMS)

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.50.41.99.00.00 OUTRAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS – 8311

FONTE DE RECURSOS: (X) Recurso não Vinculado de Impostos: VINCULADO (): 1500 DETALHAMENTO: 40 BANCO: 3669

Parágrafo Primeiro – Deverá o receptor de recursos liberados pelo CONCEDENTE, transferir os valores das bolsas aos Médicos Residentes atuantes em Ijuí/RS, indicados pelo Município de Ijuí, no prazo de até dois dias úteis, a contar do recebimento proveniente do MUNICÍPIO;

Parágrafo Segundo - A CONVENIENTE manterá uma conta especial em Banco Oficial, que permanecerá vinculada ao convênio, para registro das operações financeiras dele decorrentes;





Parágrafo Terceiro – A CONCEDENTE liberará o valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) mensais, durante o prazo de 24 (vinte e quatro) meses, à CONVENENTE, de acordo com os repasses e suas alterações e em conformidade com o cronograma de desembolso que integra o plano de trabalho;

Parágrafo Quarto - Os recursos financeiros de responsabilidade do CONCEDENTE para atender ao presente convênio, serão repassados à CONVENENTE obedecidas as disposições normativas e regulamentares referentes à transferência de recursos;

Parágrafo Quinto - O saldo dos recursos liberados pelo CONCEDENTE inclusive os rendimentos da aplicação financeira apurados na data do término deste convênio, deverá ser devolvido, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de extinção, ao CONCEDENTE;

Parágrafo Sexto - Os recursos liberados pelo CONCEDENTE relativos às aplicações realizadas pelo CONVENENTE, glosadas pelo CONCEDENTE; assim como o saldo não recolhido nos termos do Parágrafo Quinto desta Cláusula, deverão ser devolvidos à conta vinculada ao presente convênio e ao CONCEDENTE, respectivamente, acrescidos de juros, contado do dia da aplicação, recebimento ou extinção, até o dia de devolução.

CLÁUSULA SEXTA - DA LIBERAÇÃO, MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS

O CONCEDENTE transferirá os recursos previsto na Cláusula Quinta deste Convênio em favor da CONVENENTE conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidos até o saneamento das impropriedades:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou o inadimplemento do executor com relação a outras cláusulas conveniais básicas;

III - quando a CONVENENTE deixar de adotar, sem justificativa suficiente, as medidas saneadoras apontadas pelo CONCEDENTE ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

Parágrafo Primeiro - Os recursos referentes a este Convênio deverão ser depositados, mantidos e movimentados através da seguinte conta corrente:

Banco: Banrisul Agência: 0220, Conta nº0624453605, isenta de tarifa bancária.





Parágrafo Segundo - Enquanto não utilizados, é obrigatória a aplicação dos recursos referentes a este Convênio nas seguintes modalidades, mantidas em instituição financeira oficial:

I - caderneta de poupança;

II - fundo de aplicação financeira de curto prazo;

III - operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.

Parágrafo Terceiro - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, utilizados na realização do objeto do presente Instrumento e estarão sujeitos às mesmas condições de prestação de contas;

Parágrafo Quarto - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao MUNICÍPIO no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENENTE deverá prestar contas da execução das atividades, dos recursos liberados relativos a cada uma das parcelas e dos rendimentos obtidos em aplicações no mercado financeiro, da seguinte forma:

a) O CONVENENTE deverá prestar contas dos recursos recebidos, em até 30 (trinta) dias após o término do Primeiro semestre do ano e após 30 (trinta) dias do término do Segundo semestre do ano durante a vigência do convênio;

b) Em caso de extinção do Convênio, o CONVENENTE deverá prestar contas dos recursos recebidos em até 30 (trinta) dias após o encerramento do Convênio.

Parágrafo Primeiro - A prestação de contas deverá ser apresentada a Administração Pública com os seguintes documentos:

I - ofício de encaminhamento ao Prefeito Municipal;

II - parecer do Conselho Fiscal da entidade aprovando a aplicação dos recursos recebidos.

III - relatório de execução do objeto;

IV - demonstrativo da execução das receitas e despesas, evidenciando o valor recebido, a data do recebimento, o resultado das aplicações financeiras (quando houver), a soma do total das despesas realizadas, o valor não utilizado recolhido aos cofres do Município (quando houver) e o saldo final da execução zerado;

V - relação de pagamentos, contendo: razão social e número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica ou número do Cadastro de Pessoa Física do fornecedor; descrição resumida da despesa; espécie, data e número do documento fiscal comprovante da despesa; data e valor do pagamento de forma eletrônica;





VI - relatório de conciliação bancária;

VII - cópia do extrato bancário referente ao período de execução, com saldo final zerado e comprovação de encerramento da conta, anexando cópia do razão contábil assinado pelo contador;

VIII - na hipótese de existência de saldo não aplicado, a indicação expressa de seu valor, acompanhado de cópia do recibo de depósito bancário na conta do Município, indicada no convênio para tal finalidade;

IX - cópia de todos os documentos fiscais de aplicação dos recursos recebidos, bem como os documentos relativos aos orçamentos ou processos licitatórios realizados, acompanhados dos comprovantes de pagamentos, rubricadas pelo diretor ou presidente e pelo tesoureiro da entidade, confirmando sua autenticidade;

Parágrafo Segundo - A não apresentação da comprovação de despesas do convênio, das Prestações de Contas nos prazos estipulados e nos termos descritos, estará sujeita a processo de tomada de contas especial através de procedimento pertinente expedido pelo Prefeito Municipal, ficando impedida de conveniar com o Município enquanto perdurar a pendência, respondendo pecuniária, civil e criminalmente por transgressão que comprovadamente tenha praticado.

Parágrafo Terceiro - Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido neste instrumento, o CONCEDENTE estabelecerá o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei.

Parágrafo Quarto - O CONVENIENTE será notificado sobre as irregularidades apontadas na análise da prestação de contas, via Ofício, devendo retificar os documentos apresentados no prazo de 30 dias;

Parágrafo Quinto - O CONCEDENTE terá o prazo de 60 dias, prorrogável por igual período mediante justificativa, contado da data da sua apresentação na Administração Pública, para analisar conclusivamente a prestação de contas, com fundamento nos pareceres técnico e financeiro expedidos pelas áreas competentes. O eventual ato de aprovação da prestação de contas deverá ser registrado no processo, cabendo ao CONCEDENTE prestar declaração expressa de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação.

Parágrafo Sexto - Fica vedada a apresentação de documentos e despesas com data diversa do período de vigência estabelecido na Cláusula Oitava.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E DAS ALTERAÇÕES





O prazo de vigência do presente Convênio será de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado, mediante acordo entre os partícipes, formalizado por Termo Aditivo, por iguais e sucessivos períodos.

Parágrafo Primeiro – Quaisquer alterações às cláusulas ora propostas neste Convênio deverão ser objeto de Termo Aditivo, a ser firmado pelos PARTÍCIPES signatários, obedecidas as disposições legais aplicáveis à espécie;

Parágrafo Segundo - Para atender às disposições contidas em plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias ou lei orçamentária anual promulgada posteriormente à celebração deste convênio, a programação orçamentária necessária à sua execução poderá ser ajustada mediante termo aditivo ou apostila.

Parágrafo Terceiro – Este convênio entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO DO CONVÊNIO

O presente convênio poderá ser extinto na ocorrência dos seguintes motivos:

- a) pelo decurso do prazo da vigência determinado na Cláusula Oitava;
- b) por denúncia fundamentada de qualquer das partes desde que seja intimado o outro partícipe com antecedência mínima de 30 dias;
- c) por rescisão, de comum acordo dos partícipes, quando houver a perda do interesse público na execução do objeto;
- d) por rescisão unilateral, nos casos de inadimplência tanto do CONCEDENTE quanto do CONVENENTE ou da ocorrência das seguintes situações:
 - 1 - falta de apresentação pela CONVENENTE, dos relatórios de execução físico-financeira e da prestação de contas, nos prazos estabelecidos;
 - 2 - utilização, pela CONVENENTE, dos recursos em desacordo com o plano de trabalho;
 - 3 - por infração de quaisquer das Cláusulas ou condições estabelecidas neste Instrumento.

Parágrafo único - Em qualquer das hipóteses descritas nas alíneas anteriores, deverá ser apresentada a prestação de contas dos recursos até então repassados pelo CONCEDENTE à CONVENENTE no prazo máximo de até 60 dias contados do encerramento da vigência deste ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS BENS

Por ocasião do convênio celebrado, não poderão ser adquiridos bens patrimoniais permanentes com recursos oriundos deste convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO





Incumbirá ao CONCEDENTE providenciar a publicação deste Convênio, em extrato na Imprensa Oficial, nos termos do Parágrafo Único, do Artigo 61, da Lei nº 8.666/93, dentro do prazo de 20 (vinte) dias a contar da assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DA ENTREGA DOS TRABALHOS

O relatório final da execução das atividades previstas neste Convênio deverá ser apresentado quando ocorrer a extinção do Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO

A execução do objeto deste Convênio será realizada pela CONVENIENTE e compreende a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante o pagamento de bolsa de estudos complementar destinada aos médicos residentes do programa de residência médica em medicina da família e comunidade, ou fato relevante que venha a ocorrer, inerentes ao objeto do presente Instrumento, fica reservada ao CONCEDENTE a prerrogativa de assumir ou transferir a execução das mesmas, de modo a evitar a descontinuidade dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DOS TRABALHOS

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrentes de trabalhos realizados no âmbito do presente convênio, serão atribuídos aos partícipes sendo vedada a sua divulgação total ou parcial sem o consentimento prévio e formal do CONCEDENTE.

Parágrafo Primeiro - É vedada a utilização das informações e produtos mencionados no *caput* desta Cláusula, em qualquer outro estudo ou projeto, sem o prévio consentimento do CONCEDENTE.

Parágrafo Segundo - Fica assegurado ao CONCEDENTE o direito de uso, sem ônus adicional, de todos os produtos resultantes da execução do objeto do presente Instrumento, mediante lavratura de acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, fica designado o Sr. Roberto Montagner Büron, inscrito no CPF sob o nº 585.622.730-15, como representante da CONCEDENTE, e a Sra. Salester Ruver, inscrita no CPF sob o nº 590.407.260-00,





como representante do CONVENENTE, na qualidade de Agente Gerencial Fiscalizador, para acompanhar a fiel execução do presente convênio.

Parágrafo único - Ao Agente Gerencial Fiscalizador é assegurado, a qualquer tempo, fiscalizar a execução dos serviços conveniados, emitir parecer e propor a adoção das medidas que julgar cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas deste Convênio quando não resolvidas administrativamente.

E, por estarem assim ajustados, as partes firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, para que produza entre si os efeitos legais, conjuntamente com as testemunhas presenciais abaixo nominadas.

Ijuí (RS), 22 de dezembro de 2023.

ANDREI COSSETIN SCZMANSKI
Prefeito Municipal de Ijuí/RS
CONCEDENTE

DIETER RUGARD SIEDENBERG
Reitor da Unijuí
Presidente da Fidene
CONVENENTE

MÁRCIO STRASSBURGER
Secretário Municipal de Saúde de Ijuí/RS

Testemunhas:

Salester Ruver
Agente Fiscalizador Secretaria
Municipal de Saúde
CPF nº 590.407.260-00

Roberto Montagner Büron Agente
Fiscalizador
FIDENE/UNIJUÍ
CPF nº 585.622.730-15

